



Educação em Revista

ISSN: 0102-4698

ISSN: 1982-6621

Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Gomes, Nilma Lino; <https://orcid.org/0000-0002-0767-2008>, ORCID:; Miranda, Shirley Aparecida de; <https://orcid.org/0001-8312-2262>, ORCID: Dossiê: Educação na Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024) Educação em Revista, vol. 34, e000034, 2018 Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

DOI: 10.1590/0102-4698000034

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399365005093>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

redalyc.org  
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

**DOSSIÊ****DOSSIÊ:  
EDUCAÇÃO NA DÉCADA INTERNACIONAL DOS  
AFRODESCENDENTES (2015-2024)****DOSSIER:  
EDUCATION IN THE INTERNATIONAL DECADE FOR  
PEOPLE OF AFRICAN DESCENT (2015-2024)**NILMA LINO GOMES<sup>1\*</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0767-2008>SHIRLEY APARECIDA DE MIRANDA<sup>1\*\*</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8312-2262>

*“Devemos lembrar que os povos afrodescendentes estão entre os mais afetados pelo racismo. Muitas vezes, eles têm seus direitos básicos negados, como o acesso a serviços de saúde de qualidade e educação.”*

Ban Ki-moon ex-Secretário-geral das Nações Unidas

A III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2001, conferiu visibilidade internacional à situação dos afrodescendentes que habitam dentro e fora do continente africano. Desses, quase 200 milhões vivem nas Américas por resultado do tráfico transatlântico da escravidão moderna. Muitos outros, migrantes e refugiados, vivem nos diversos lugares do mundo. A situação naturalizada de pobreza, fome, discriminação frente à justiça, violências sobrepostas vividas pelas pessoas negras descendentes de africanos

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, MG, Brasil.

<sup>\*</sup> Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Programa Ações Afirmativas na UFMG. E-mail: <nilmagomes@uol.com.br>.

<sup>\*\*</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Programa Ações Afirmativas na UFMG. E-mail: <mirandashirley48@gmail.com>.

foi objeto de intensos debates na III Conferência, ainda sob os impactos do fim do *apartheid* na África do Sul. Além do declínio da segregação racial como política de Estado, as denúncias do racismo insidioso que atinge grandes contingentes afrodescendentes em todo o mundo repercutiram no reconhecimento de que estão entre os povos mais afetados pela restrição dramática de importantes direitos básicos, tais como saúde, emprego, moradia e educação. Dessa Conferência resultaram a Declaração e o Programa de Ação de Durban, dos quais o Brasil é signatário. Esses são importantes instrumentos jurídicos que amparam o respeito, a proteção e o cumprimento dos direitos humanos e ratificam as políticas de igualdade racial já realizadas no Brasil.

Os debates que emanaram daquela Conferência fortaleceram as denúncias do Movimento Negro, de mulheres negras e dos quilombolas sobre a histórica e perversa imbricação entre desigualdades raciais, sociais e de gênero no Brasil; e colocaram em xeque esse Estado, pressionando-o a adotar medidas e políticas de superação do racismo e em prol da igualdade racial. Políticas essas que o Brasil experimentou em sua fase mais democrática, no período de 2003 a 2016, com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Esta, juntamente com outros ministérios, Movimento Negro, Organizações não governamentais (ONGs) de combate ao racismo e demais movimentos sociais antirracistas, foi responsável pela implantação de uma série de medidas de Estado e de governo voltadas para a garantia dos direitos da população negra.

No entanto, quer seja em nível nacional ou internacional, os afrodescendentes continuam sofrendo o racismo resultando em desigualdades confirmadas no ano de 2011, quando a ONU fez a reunião internacional para a revisão da Declaração e Programa de Ação contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, intitulada Durban + 10. No caso do Brasil, essa realidade tem sido atestada por um conjunto de pesquisas oficiais e acadêmicas e pela contínua denúncia do Movimento Negro.

Atenta a essa situação internacional, a ONU, em Assembleia Geral, por meio de sua Resolução nº 68/237, de 23 de dezembro de 2013, proclamou a Década Internacional de Afrodescendentes, com início em 1º de janeiro de 2015 e fim em 31 de dezembro de 2024, e com o tema: “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”. Trata-se de uma estratégia que visa instar os Estados-Membros e demais países do mundo para uma tomada de posição em relação à superação do racismo e das desigualdades que

incidem sobre negras e negros no mundo. O tema apresenta os três eixos que orientam as ações a serem realizadas durante a década.

Sem prescindir do reconhecimento das denúncias de situações de discriminação e de desigualdade racial, feminicídio negro, genocídio da população negra, a articulação dos eixos da Década Internacional dos Afrodescendentes aponta para a superação do racismo epistêmico, caracterizado pela inferiorização dos conhecimentos não ocidentais. A ênfase à contribuição dos afrodescendentes ao longo da história da humanidade, na África e na diáspora africana, consiste num recurso para a justiça cognitiva.

Nesse âmbito, a educação, como direito social, tem merecido atenção especial tanto do Movimento Negro brasileiro quanto da comunidade internacional na luta contra o racismo. Sabe-se do potencial da educação para formar novas gerações com subjetividades emancipatórias, justamente pelo fato de ela não se restringir à escola, mas abarcar o processo de formação humana e instigar a construção de uma postura crítica e reflexiva diante da vida. A disputa pela educação revela sua função como instância de reverberação de representações e narrativas válidas e seu potencial na destituição de estereótipos.

No Brasil e em outros lugares do mundo, pesquisadoras e pesquisadores negros, brancos e de outros grupos étnico-raciais se dedicam a pensar e pesquisar a educação e a sua importância na construção de uma sociedade antirracista. O presente dossiê faz parte desse processo de reconhecimento da importância da temática racial e africana no Brasil e no mundo, sobretudo no contexto educacional. Trata-se de uma publicação que organiza uma série de reflexões atuais sobre o tema educação, relações raciais, África e diáspora africana aos eixos da Década Internacional dos Afrodescendentes.

O dossiê inclui artigos que discutem a educação e as relações étnico-raciais no Brasil e em outros países da diáspora africana, a saber, Estados Unidos da América do Norte (EUA), Colômbia, Portugal e Moçambique. São ensaios, resultados de pesquisas, entrevistas e resenhas que abordam os sujeitos da educação, a formação de professores, a corporeidade e a epistemologia africana e da diáspora, e ainda com enfoque nas relações internacionais Sul-Sul.

Autoras e autores brasileiros e estrangeiros, com significativa trajetória acadêmica foram convidados a colaborar com o presente dossiê. No âmbito do ensino de química, Anna M. C. Benite *et al.* abordam a cultura africana e afro-brasileira. Os sujeitos da educação são tematizados no artigo de Ana Cristina Juvenal da Cruz, que discute mulheres e crianças no Projeto UNESCO, e no artigo de Joana Célia

dos Passos e Carina Santiago dos Santos, que tematizam a educação das relações étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A pedagogia da crueldade e o extermínio da juventude negra são analisados no artigo de Nilma Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne. As interpelações da diáspora são discutidas no artigo de Shirley Aparecida de Miranda e Susy Rocío Cotento Lozano, que tematizam aproximações entre Brasil e Colômbia nas disputas por narrativas na educação. O diálogo internacional ocorre com Joyce King e as suas reflexões sobre a educação e a tradição intelectual pan-africana nos EUA e sua ausência nos currículos e na formação de professores. Bruno Sena Martins e Adriano Moura apresentam uma análise de como, em Portugal, ator central na infame escravidão, a Década Internacional de Afrodescendentes tem o potencial para desalojar uma autorrepresentação nacional que desconsidera o passado colonial português e o racismo estrutural que marca as desigualdades na sociedade portuguesa. Compõem ainda o dossier uma entrevista com o reitor Jorge Ferrão, da Universidade Pedagógica de Moçambique, que nos brinda com uma análise sobre a cooperação internacional entre Brasil e Moçambique; e uma resenha sobre o livro *O Movimento Negro Educador* elaborada por Roberto Carlos da Silva Borges.

Esperamos que o potencial diáspórico, de ancestralidade e de análise crítica dos artigos aqui apresentados, reverberem em uma contribuição para fazer emancipar a nossa educação.

## REFERÊNCIAS

ONU. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. **Década Internacional de Afrodescendentes** (2015-2024), 2014. Disponível em: <http://decada-afro-onu.org/documents.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2018.

## Contato:

Faculdade de Educação  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha  
Belo Horizonte | MG | Brasil  
MG 31.270-901